

OS CAMINHOS DO INTERIOR: POLÍTICAS CULTURAIS NO CEARÁ | 2003-2006

Paulo Rodrigo Soares LOPES¹

Resumo: O presente texto objetiva compreender como se forjaram as relações entre a Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT), entre os anos de 2003 e 2006, e o campo político cearense, tomando como objeto de análise as ações do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”. Dentre as práticas do programa supracitado houve um esforço pelo fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a partir da criação de mecanismos estaduais e municipais que possibilitassem dar organicidade ao sistema proposto. Para tanto, a pasta estadual, à época sob a gestão de Cláudia Leitão, buscou percorrer os municípios cearenses com o intuito de garantir a adesão ao sistema das prefeituras e câmaras municipais. É, portanto, buscando lançar redes interpretativas acerca dos anseios e compreensões do campo político que o presente artigo busca compreender quais as dificuldades e os êxitos experienciados pela SECULT a partir do “SECULT Itinerante”. Metodologicamente, o trabalho lança mão da construção dos fatos a partir da análise dos dados encontrados em brochuras e programas que tratam de informações concernentes à gestão da SECULT (2003-2006) e da análise de falas de agentes veiculadas em matérias de jornal, além de entrevistas concedidas ao pesquisador do presente trabalho.

Palavras-chave: Política Cultural; SECULT; “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”; campo político.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as dinâmicas que permeiam as políticas culturais no Brasil ganharam vulto nos últimos anos. Um dos aspectos justificadores do crescimento de análises acadêmicas sobre estes processos é o aumento da importância institucional que o Ministério da Cultura (MinC) ganhou, sobretudo no início da década passada, e a decorrente criação de outros formatos de políticas públicas (política de editais, Vale-Cultura, etc.).

Neste contexto, destaca-se a gestão de Gilberto Gil como um momento angular para a compreensão do florescimento de novas práticas no bojo das ações do MinC. Naquele momento, o entendimento acerca da presença tímida do ministério fez com que o músico propusesse um projeto com a finalidade de dar institucionalidade à política de cultura, sendo lançada, portanto, a ideia de um pacto federalista da cultura entre os entes federados e sociedade. Para tanto, seria necessária a intensa interlocução entre as gestões de todos os níveis, a fim de construir os aparatos institucionais fundamentais para a estruturação e o funcionamento de um sistema para a cultura.

¹ Cursando doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Bolsista CnPQ. E-mail: <paulorodrigocs@gmail.com>.

Neste panorama, destaca-se o pioneirismo do Ceará por ter sido o primeiro estado do País a aderir ao Protocolo de Intenções do Sistema Nacional de Cultura. A partir de então, a SECULT buscou estabelecer conexões com os municípios, a fim de construir os mecanismos necessários para a existência do sistema estadual e sistemas municipais de cultura. Este projeto ganhou fôlego nas ações do programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”, carro-chefe da gestão de Cláudia Leitão e que buscou espalhar a presença da secretaria estadual por todo o estado do Ceará.

Para a criação dos sistemas supracitados, fez-se necessário a visita da SECULT às prefeituras e câmara de vereadores dos 184 municípios que compõem o território cearense, com a finalidade de apresentar a ideia do “Federalismo Cultural”, além de garantir o suporte necessário para a criação dos mecanismos necessários para a estruturação do Sistema Nacional de Cultura. É, portanto, sobre esse processo que o texto busca lançar análise.

Tal curiosidade científica que move esta pesquisa parte da compreensão do pouco prestígio que o mundo da cultura ocupa nas pautas do campo político brasileiro e das gestões públicas. Esta realidade pode ser expressa por meio de uma gama de elementos que vai desde o baixo orçamento destinado à pasta, até a inexistência institucional de um órgão formulador de ações para o setor.

Nessa perspectiva, o trabalho recorre à compreensão teórica do mundo social como um conjunto de microcosmos, nos quais os agentes se relacionam, seja por meio de apoio ou disputas, com o propósito de exercer a hegemonia. Tais espaços de embate são nomeados por Bourdieu (2007) de “campos”, onde, por sua vez, as disputas concorrenciais são estabelecidas entre os agentes que podem ser o “novo”, agente ou grupo de agentes que forcem o direito de entrada no campo, e o “dominante”, o detentor da hegemonia que fala e age de forma legítima, buscando excluir a competição pela autoridade.

Para que haja a disputa em torno da dominação é preciso que todos os agentes de um mesmo campo acreditem no “jogo”. Isto se dá por meio da *illusio*, que nada mais é que a crença dos agentes no jogo. Além disso, é fundamental que os jogadores tenham conhecimento sobre as regras que estruturam as relações de disputa no campo em que estão inseridos. Isso se concretiza a partir da noção de *habitus*, que pode ser definida como um conjunto de disposições duráveis e que operam como princípios geradores de práticas.

Logo, a teoria bourdieusiana dos campos é tomada como fundamental pela presente produção com o intuito de apresentar a disputa que se estabelece entre os agentes do mundo político em interface com as ações promovidas pelo SECULT. No entanto, antes de adentrar na

análise acerca das relações que conformaram esta dinâmica entre mundo político e gestão pública de cultura, é preciso apresentar o perfil da gestão estadual de cultura, entre os anos de 2003 e 2006, e a estruturação do programa carro-chefe “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

Trânsitos e reconfigurações políticas: o caso do Ceará

Em 2002, Luís Inácio da Silva, o Lula (PT), venceu o pleito para Presidente da República. Tal vitória demarcava uma mudança nas forças políticas à frente do executivo federal e a ascensão dos anseios de uma grande parte da população e grupos sociais identificados com o espectro político de esquerda. No âmbito cearense, por outro lado, a vitória de Lúcio Alcântara (PSDB) ao Governo do Estado do Ceará anunciava a continuidade do bloco político que governava o Ceará desde 1987.

Todavia, cabe destacar que, a vitória do candidato tucano, desde a campanha, já indicava uma mudança no jogo político para o Governo do Estado. Primeiro, salienta-se que, na campanha de 2002, o ciclo político², do qual Lucio Alcântara era representante, já indicava certo desgaste. O mudancismo, como ficou conhecida a experiência que levou os empresários ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC) ao poder estadual, durante quatro eleições teve os seus candidatos vitoriosos em primeiro turno, é o caso de Tasso Jereissati em 1986; 1994 e 1998; e de Ciro Gomes, em 1990. Em 2002, por outro lado, o desgaste do ciclo foi evidenciado com uma disputa acirrada entre o candidato mudancista Lúcio Alcântara e, o seu principal oponente, José Airton (PT)³.

O segundo elemento que se destaca nesta dinâmica é que a própria figura representante do bloco mudancista, em 2002, evidenciava em sua trajetória política frágeis laços com o projeto encampado pelo mudancismo, visto que Lúcio se constituiu politicamente ligado aos “coronéis”, figuras combatidas pelos empresários do CIC⁴. Exemplos disso são as experiências

² O termo ciclo político aqui é compreendido de acordo com a definição proposta por Carvalho que corresponde à uma “temporalidade política identificada por uma marca política simbólica forte, seja pessoal, do governante, ou coletiva, de um partido ou um grupo político [...]” (2013, p.45 - 46).

³ A expressividade que a eleição do candidato de esquerda, José Airton, conseguiu pode ser explicitado, por pelo menos, dois elementos: (1) a rasura do bloco mudancista, com a saída de Sergio Machado e Wellington Landim, do bloco mudancista para lançar candidaturas próprias ao Governo do Estado pelo PMDB e PSB, respectivamente, o que indicava uma pulverização das campanhas alinhadas à concepção da “modernização neoliberal” proposta pelos empresários do CIC; e (2) a forte campanha de Lula à Presidência da República, o que garantiu uma significativa transferência de votos no Ceará, através da estratégia, Lula, lá, José Airton, cá (CARVALHO, 2004).

⁴ Para uma compreensão mais detalhada acerca das dinâmicas que caracterizaram a “Era das Mudanças”, ler: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito.** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 63-82.

de Lúcio Alcântara como Secretário de Cultura dos Governos de Cesar Cals (1971) e Adauto Bezerra (1975), além de ter sido nomeado prefeito biônico da cidade de Fortaleza por indicação de Virgílio Távora.

A figura de Lúcio impôs, portanto, uma mudança de rota na comunicação e nas estratégias eleitorais do grupo mudancista. A estratégia discursiva encampada, historicamente, pela “Geração das Mudanças” foi forjada na negação radical ao passado, encarnado pelo grupo de “coronéis” que governaram o Ceará no período da ditadura civil-militar (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals) (BARREIRA, 2002). Logo, a dualidade “tradição vs moderno” foi a simbólica dos pleitos que levaram Jereissati e Gomes ao poder. Em 2002, por outro lado, a ligação de Lúcio a um grupo situado no âmbito da política tradicional impôs ao *marketing* mudancista realocar as duas variáveis do polo divergente para o polo convergente, mudando o “tradição vs moderno” para o “tradição e moderno”.

O “moderno” foi celebrado como um legado do ciclo mudancista que, segundo as peças de campanha, levou energia para todos os cearenses; garantiu a infraestrutura necessária para o desenvolvimento industrial e para a exportação; e gerou emprego e renda (CARVALHO, 2004). Por outro lado, a “tradição” assumiu dois componentes distintos entre, de um lado, as campanhas de Tasso e Ciro e, de outro, de Lúcio Alcântara. Se nas campanhas tassista e cirista a “tradição” simbolizava o atraso e as práticas clientelistas dos “coronéis” combatidos pelos empresários do CIC, na campanha lucista, ela representava o âmbito das representações culturais que caracterizariam o povo cearense, em outras palavras, o que de mais positivo caracterizava o Ceará e sua população (LOPES, 2018).

Essa modificação na simbólica acabou por modificar os rumos tomados pela campanha de Lúcio Alcântara diante das experiências mudancistas anteriores. Enquanto, nos Governos de Tasso Jereissati e Governo de Ciro Gomes, a moeda que imperava era a “modernização”, no Governo de Lúcio Alcântara, outra simbólica guiou a formulação de políticas públicas, a “cearensidade”.

A imposição desta nova moeda acabou por impactar na formulação das ações da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, por meio do discurso da “valorização das culturas regionais” que, entre outras medidas, buscava atenuar as desigualdades que existiam entre as diversas macrorregiões do estado. O texto buscar apresentar, no próximo excerto, como a cearensidade ganhou forma nas ações da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará que, entre

2003 e 2006, buscou trabalhar com a dimensão, proposta pelo Ministério da Cultura, de diversidade cultural.

SECULT (2003-2006): a Cearensidade na Diversidade Cultural

Com o intuito de garantir uma marca própria de gestão, Lúcio Alcântara buscou compor parte de seu secretariado com indicações próprias. Este foi o caso da indicação de Cláudia Leitão para a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

A nomeação da secretária também fora feita como um reconhecimento de sua trajetória profissional. Formada em Direito, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e em Educação Artística, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Cláudia Leitão evidenciou a transversalidade de sua formação em sua atuação acadêmica como professora, através da participação na estruturação em cursos que lidavam como o universo jurídico-administrativo, como é o caso da Especialização em Gestão Cultural e do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios. Além dos muros das universidades, Claudia Leitão atuou na superintendência do SENAC Ceará, onde estava à época do convite para assumir a SECULT.

Cabe destaque também para a trajetória pessoal de Cláudia Leitão, visto que a secretária, durante sua vida teve interseção com o mundo artístico. Nas palavras de Leitão, muito do seu “gosto pelas artes” se deu por influência materna, pois sua mãe era “uma leitora compulsiva, lia quatro livros ao mesmo tempo e ia despertando em mim esses interesses para juntar conhecimentos, para tentar ligar conhecimentos⁵”. A evidência do capital cultural “herdado” se concretizou também na inserção da secretária, ainda jovem, em atividades culturais, tais como membro do Conservatório de Música do Ceará, onde aprendeu a tocar flauta; como criadora de um grupo musical chamado “Sintagma Música”; e como parte da orquestra Eleazar de Carvalho.

A formação e experiência plural de Cláudia Leitão assumem papel relevante, portanto, para compreendermos os rumos trilhados pela SECULT. Por um lado, a formação em um universo normativo como o do Direito e a experiência docente nos cursos de gestão, supracitados, e a experiência no comando do SENAC possibilitaram à Leitão estabelecer reestruturações na pasta estadual, vide o redesenho organizacional e o Planejamento Estratégico efetivados em sua gestão⁶. Por outro lado, a fruição e formação artística, além de um doutorado

⁵ Entrevista concedida ao autor, em 21 de novembro de 2017.

⁶ Esta faceta evidencia uma certa continuidade às práticas modernizadoras encampadas nas gestões da SECULT nos mandatos mudancistas anteriores. Além disso, a conduta jurídico-administrativa aqui evidenciada demonstra que o universo das gestões públicas de cultura no Brasil começava a passar por um processo de burocratização, o

em Sociologia, na Paris Descartes, traziam às práticas de modernização organizacional, propostos por Leitão, uma perspectiva antropológica, sobretudo no que contempla à definição de “cultura” com a qual trabalhou a secretária (LOPES, 2018).

Em sua posse, Cláudia Leitão defendeu a ampliação do conceito de cultura a ser trabalhado pelo Estado, além de ter realizado críticas às práticas neoliberais que imperaram na gestão pública de cultura, nos anos 1990, e também à noção que compreendia a cultura apenas como expressão das “artes eruditas”. Como vê-se no trecho abaixo:

Até as últimas décadas do século XX, as questões relativas à cultura apareceram como algo de menor importância, relegadas a um lugar superestrutural de complementaridade a outras dimensões humanas. É o que ainda hoje se observa, quando, em pleno século XXI, políticas públicas e administração de orçamentos consideram os investimentos na cultura absolutamente secundários e de pouco retorno social ou econômico. Para esta concepção, a cultura ainda se restringe às ‘belas artes’ ou às ‘artes eruditas’, retirando-se dela a sua dimensão eminentemente simbólica, ou seja, a de uma rede de signos, a cultura também entre os sujeitos e o mundo. Além de um processo de criação de signos, a cultura também é um produto concretizado a partir de suportes materiais. Ao mesmo tempo processo e produto, algo tangível e intangível, a cultura não significa mero mosaico, repertório ou inventário, mas exprime o enredamento do homem em teias simbólicas, em crenças comuns, em valores compartilhados, em éticas compactuadas. (LEITÃO, 2014, p. 35)

Tal fala coaduna com as acepções de Gilberto Gil, ministro da cultura, para a cultura na instância federal. Em seu discurso de posse, o ministro afirmou que o MinC deveria assumir uma postura ativa em nível nacional, levando suas ações ao cotidiano dos brasileiros. A cultura deveria ser pautada não apenas nas concepções “acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta ‘classe artística e intelectual’”, mas sim “como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos”⁷.

A aproximação entre a SECULT, de Cláudia, e o MinC, de Gil, não se daria apenas no âmbito da compreensão da cultura para as políticas culturais, mas também na parceria entre os órgãos no desenvolvimento de ações com a finalidade de construir um sistema para a cultura. A aproximação se evidenciou em visitas frequentes do ministro ao Ceará para eventualidades promovidas pela SECULT, como o I Seminário Cultura XXI, ocorrido em 2003, e em sessões nas câmaras municipais para a adesão dos municípios cearense ao Sistema Nacional de Cultura, como o caso da solenidade em Pedra Branca, última cidade a aderir ao Protocolo de Adesão ao SNC, na qual Gil esteve presente.

que demandava cada vez mais por parte de seus gestores elaborarem suas ações e práticas pautados nos cânones do universo da Administração Pública.

⁷ DISCURSO do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Brasília, 02 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883>, acesso em 02 Jul 2017.

Essa relação harmônica que houve entre MinC e SECULT possibilitou que a pasta estadual elaborasse uma política de cultura com finalidade de espriar a sua presença pelo território cearense. A dimensão da “cearensidade”, simbólica-marca do governo de Lúcio Alcântara, ganhou berço na dimensão da “diversidade cultural”, adotada naquele momento pela instância federal, e que nas práticas da SECULT se converteu no discurso da “valorização das culturas regionais” (LOPES, 2018).

Cabe destacar, no entanto, que o termo “cearensidade” não é reconhecido pelos agentes que compuseram a equipe da SECULT, no momento aqui estudado, como um termo trabalhado pela SECULT. No entanto, em análise de alguns discursos da época⁸ e nos documentos oficiais da gestão, como o caso do Plano Estadual de Cultura, o termo é recorrente. Supõe-se, portanto, que, com o tempo, a equipe entendeu os limites que o termo “cearensidade” carregava em seu âmago, visto que no discurso da campanha de Lúcio Alcântara a identidade cearensidade fora usada como ferramenta publicitária para consolidar no imaginário do eleitorado um repertório imagético que acabava por estereotipar o “cearense” e o “Ceará”, não dando destaque à complexidade cultural do território. Nesse sentido, por fim, conclui-se que, no decorrer da gestão, o termo “valorização das culturas regionais” acaba por se tornar mais presente e ganhando impulso a compreensão da cultura em sua diversidade.

Isto possibilitou à SECULT avançar com a sua proposição de “descentralizar” e “interiorizar” sua presença no Ceará. A necessidade de garantir um *status* estadual à secretaria foi sinalizada por Cláudia Leitão, em entrevista ao Jornal Diário do Nordeste intitulada “Além do Abolição”. Na fala da secretária: “[...] percebemos que não havia clareza na aplicação dos recursos e que a Secult era uma secretaria de Fortaleza, não do Estado. Não tinha sequer um carro apropriado para viagem, porque jamais se pensou que o secretário precisaria ir ao interior”⁹.

Diante da tímida presença da secretaria no estado, Leitão e equipe buscaram uma forma de espriar as ações, a princípio, por meio, principalmente, das práticas do Programa

⁸ Um exemplo deste tipo de fala pode ser evidenciado no artigo escrito pela, à época, secretária Cláudia Leitão no Jornal O Povo sobre a importância da cultura para o desenvolvimento econômico do estado: “Essa sensibilização parece-nos fundamental num contexto em que necessitamos transformar nossos índices ainda tão desfavoráveis de qualidade de vida, de empregabilidade e de redistribuição de renda: “Pois a cultura proporciona tudo isso. Ela é um investimento que não se submete aos caprichos climáticos do semi-árido, pelo contrário, ela se aproveita de nossa geografia para nos identificar, para nos oferecer produtos e serviços que nos fornecem traços distintivos de nossa **cearensidade**”. OS DESAFIOS da gestão cultural para o Ceará. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 17 de março de 2003.

⁹ ALÉM do Abolição. **Jornal Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de agosto de 2005. Disponível em: <diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/alem-do-abolicao-1.52157>, acesso em 20 Nov 2017.

“Valorização das Culturas Regionais”, do Plano Estadual de Cultura (2003-2006)¹⁰, e, em 2005, de forma mais sistemática com a efetivação do programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”.

O “SECULT Itinerante”, carro-chefe da gestão, ganhou destaque dentre as ações da SECULT, inclusive, em nível nacional, visto que o programa venceu a categoria “Gestão Pública” do Prêmio Cultura Vida, promovido pelo Ministério da Cultura. Dividido em eixos, o programa respeitava a seguinte ordem: o **eixo 1**, intitulado **Relações Institucionais**, era responsável pela viabilização das sessões públicas com as câmaras municipais, das visitas técnicas aos equipamentos culturais e da oferta de palestras com membros da SECULT; o **eixo 2, Mapeamento e Cadastramento Cultural**, buscou promover pesquisas de identificação e registro do patrimônio material e imaterial e o cadastramento de profissionais, grupos e equipamentos culturais; **eixo 3, Capacitação**, responsável pela articulação de cursos e oficinas nas áreas de “Gestão Cultural”, “Educação Patrimonial”, além de diversas linguagens artísticas; e, por fim, **eixo 4**, sob o título de **Promoção e Difusão Cultural**, cujo objetivo era estruturar a programações artístico-culturais. Como o interesse do presente trabalho é analisar as relações que se deram entre SECULT e campo político, iremos nos deter ao eixo 1, sob o título “Relações Institucionais”, pois foi nele que ocorreram as ações de visitas às Prefeituras e Câmaras Municipais.

As relações institucionais e a interface entre a SECULT e o campo político

O eixo “Relações Institucionais” do Programa “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante” sinalizava o compromisso da gestão estadual de cultura com o pacto federalista proposto pelo MinC. Tal pacto buscava, entre outras medidas, criar um sistema de cooperação solidária entre os entes federados (União, estados, distrito, municípios) e sociedade. Para dar organicidade a este processo seria preciso que as instâncias supracitadas buscassem estruturar órgãos e mecanismos com a finalidade de fortalecer as políticas públicas para a área da cultura e evitar o sobreamento de ações, sobretudo no que tange o orçamento, visto que este constitui um dos grandes gargalos à gestão pública de cultura.

¹⁰ Para uma análise detalhada dos eixos que compuseram o Plano Estadual de Cultura, como também dos aspectos mais gerais da gestão da SECULT, entre 2003 e 2006, ler: LOPES, Paulo Rodrigo Soares. **Políticas culturais no Ceará: as ações de interiorização da SECULT (2003-2006)**. 2018. 150f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30176>>, acesso em 16 Abr 2018.

É nesta perspectiva que ganha força a ideia do Sistema Nacional de Cultura e a construção de sistemas dentro desse grande guarda-chuva. Para a viabilização deste projeto, coube aos estados intermediar os esforços na estruturação de sistemas municipais de cultura, dos seus próprios sistemas. Assim, a SECULT buscou visitar os municípios do estado com a finalidade de sensibilizar os poderes políticos locais a criarem os mecanismos necessários para a estruturação dos seus sistemas municipais de cultura.

Os entraves para chegar até a classe política dos municípios interioranos já vinha sendo vislumbrada pela equipe da SECULT antes da sua ida ao interior. Tal compreensão pode ser evidenciada na fala de Suzete Nunes, coordenadora do Programa “SECULT Itinerante”, ao *Jornal Diário do Nordeste*: “Certamente não vai ser fácil, mas vamos chegar a cada Câmara e mostrar a importância da criação de um Conselho Municipal de Cultura e Turismo e de um Fundo Municipal de Cultura¹¹”.

Um dos primeiros entraves para a inserção da SECULT nos interiores foi o desconhecimento sobre a existência de uma secretaria de cultura no Ceará. Tal fenômeno evidencia dois elementos caracterizadores da pasta cultural: (1) consolida a perspectiva levantada pelo campo cultural no Seminário Cultura XXI e em outros fóruns acerca da pouca presença da SECULT nos demais municípios cearenses; e (2) evidencia a posição marginal que a cultura tem tanto na arquitetura institucional da gestão pública, como na intervenção direta, através de políticas públicas, na vida da população.

Uma das saídas visionadas pela equipe foi buscar tal aproximação com as prefeituras e câmaras de vereadores por meio de parceria com a Secretaria de Turismo. Pois, como salientava Leitão: “Observei [...] que os discursos sobre a cultura não sensibilizavam os prefeitos, mas quando falávamos sobre a construção de produtos e destinos turísticos a partir da cultura, éramos compreendidos e acolhidos pelos poderes executivos municipais” (LEITÃO, 2014, p. 123).

Nessa perspectiva, foram estruturados os Fóruns Regionais de Cultura e Turismo. A princípio¹², a secretaria criou 11 Fóruns de Cultura e Turismo em todas as macrorregiões, com a finalidade de fortalecer pactos entre os municípios de uma mesma região, tendo como ênfase uma dinâmica pautada no “turismo cultural” e seus impactos no desenvolvimento local e

¹¹ ALÉM do Abolição. *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza, 19 de agosto de 2005. Disponível em: <diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/alem-do-abolicao-1.52157>, acesso em 20 Nov 2017.

¹² No segundo ano de gestão, este número já havia subido para 15. A lista de municípios que haviam criado tais fóruns eram os seguintes: Acarape, Araripe, Bela Cruz, Caridade, Crato, Guaiuba, Icó, Guaramiranga, Palmácia, Paracuru, Piquet Carneiro, Quixeramobim, Russas, Tejuçuoca e Viçosa.

regional. Logo, por iniciativa da própria SECULT, foram elaborados materiais que buscassem aliar a dimensão da cultura e do turismo, como é o caso do Guia Turístico-Cultural do Ceará¹³ que apresentava os atrativos turísticos dos municípios cearenses a partir de suas vocações culturais.

O interesse dos grupos políticos no “turismo cultural” apresenta a dimensão de pouca visibilidade que o mundo da cultura ocupa nas ações dos políticos profissionais. O, à época, governador do Ceará Lúcio Alcântara sinalizou alguns dos entraves que se colocaram na empreitada que constituiu a interlocução da SECULT com as prefeituras e câmaras municipais:

Às vezes, havia conflitos! Porque os deputados ou as lideranças que me apoiavam, às vezes, queriam a exclusividade. Um caso que eu me lembro muito bem, foi o caso de Tauá que tinha aquele festival, eu acho que o nome era Festival do Circo. Tauá e Crateús e aí as lideranças lá ficaram bravas comigo. A prefeita era a até mulher do Domingos Filho. Era uma pessoa muito boa, atuante, então claro que ela teve um espaço lá, participou e ajudou. Os outros também, mas queriam muitas vezes exclusividade. Queriam que a gente suprimisse participação de outros atores que não estavam vinculados. Essa coisa da política, né? Da micropolítica e tal.¹⁴

Na fala cima, percebe-se que as lideranças políticas dos municípios cearenses visionavam que as ações culturais e os eventos estruturantes, realizados de forma concomitante, poderiam trazer destaque e prestígio político às suas figuras, por isso os tensionamentos de muitos agentes políticos aliados do então Governador Lúcio Alcântara em demandar exclusividade nas aparições públicas dos eventos estruturantes com o intuito de garantir a invisibilidade de seus oponentes em tais eventualidades. Tal interpretação leva-nos à compreensão de que as disputas em favor do monopólio das ações foram identificadas pelo campo político como possibilidade de conversão das políticas culturais em capital para garantir votos.

Outro exemplo do visionamento do campo político acerca da conversão das políticas culturais em prestígio e hegemonia política pode ser percebida no relato de Suzete Nunes. Pois, de acordo com Nunes, no contexto das visitas às câmaras municipais, o discurso de criar integrações entre municípios de uma mesma região foi um dos objetivos da SECULT. Todavia, essa interação entre as localidades encontrou empecilho na visão política que muitos agentes possuíam, pautada na dimensão de benefício político próprio à gestão de seu município ou até mesmo de seu mandato.

[...] era muito natural nos fóruns as pessoas chegarem com seus projetos de baixo do braço. A gente fazia um discurso, toda a nossa narrativa era: "é importante integrar, é importante a intersetorialidade, é vocês pensarem um calendário comum, vocês pensarem ações articuladas, fazerem consórcio nos municípios

¹³ O material gráfico recebeu menção honrosa na 3ª Latino Americana de Design e Artes Gráficas.

¹⁴ Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 27 de junho de 2017.

para isso, para aquilo. [...] política pública não se faz só com o poder público, é um binômio...". Tinha todo esse discurso, mas isso levava tempo para ser introjetado, porque aí nos municípios o secretário ou a secretária [dizia]: "Fulano, como a gente faz pra levar o nosso projeto?". Então, tinha esse trabalho, era quase uma catequese, por um lado, e, por outro lado, era um exercício também de fazer com que a cultura fosse visível para esses mesmos atores, que a cultura não era só aquela festa do município, a cereja do bolo¹⁵.

A despeito dos entraves e dos desencaixes que se colocaram na compreensão da SECULT e dos usos e benefícios visionados pelo campo políticos no que tange às ações de interiorização, pode-se perceber que o empreendimento de criação de fóruns e demais órgãos responsáveis pelo fomento público de cultura logrou êxito.

No que contempla a criação de conselhos municipais de cultura, o Ceará foi o estado do Nordeste a garantir maior êxito na implementação. Dos 184 municípios, um total de 43 conseguiu estabelecer seus conselhos, sendo, nessa perspectiva, o estado do Nordeste com maior número de municípios com conselhos estruturados. Outro êxito a ser destacado é que um dos pontos da estruturação do Sistema Municipal de Cultural (SMC) é a criação de órgãos públicos específicos para a cultura. No caso do Ceará, a existência de secretarias exclusivas para a área da cultura colocava o estado em segundo lugar, junto de Alagoas, com 10 secretarias cada um. Na dianteira, encontrava-se o Maranhão com um total de 18 pastas criadas. (IBGE, 2007).

A SECULT realizou visitas técnicas aos municípios, com vistas ao fortalecimento da articulação entre bibliotecas, teatros, museus, arquivos públicos, centro culturais e bandas de músicas. A busca pela consolidação dos sistemas estaduais de equipamentos culturais operacionalizava-se através do cadastramento dos equipamentos, da identificação de condições de funcionamento, serviços e acervos; e da articulação de parceria entre os equipamentos de referência no estado (Biblioteca Pública Menezes Pimentel, o Theatro José de Alencar, o Arquivo Público e o Núcleo de Música da SECULT) com os demais no interior do Ceará.

Ao fim da gestão, a mobilização em torno das visitas técnicas atendeu 182 bibliotecas, 135 arquivos, 76 museus, 53 teatros, além da realização e 9 Encontros Regionais de Regentes de Banda de Música (SECULT, 2006). Além disso, o órgão lançou o Catálogo dos Equipamentos Culturais do Ceará que buscou apresentar os equipamentos culturais (teatros, museus, bibliotecas, centros culturais, etc.) de todas as regiões do estado. O levantamento foi fruto das informações coletadas nas visitas técnicas aos Sistemas Estaduais de Equipamentos e do Cadastro Municipal (LEITÃO, 2014).

¹⁵ Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 04 de janeiro de 2017

O que veio depois? Continuidades e inflexões das políticas de interiorização

A derrota do candidato tucano Lúcio Alcântara, em 2006, para o candidato do PSB Cid Ferreira Gomes, demarcou o fim da gestão de Cláudia Leitão à frente da SECULT. Na reforma do secretariado, quem assume a secretaria é o professor e filósofo Auto Filho. O secretário, em sua posse, demonstrou a importância do Governo do Estado alinhar-se às políticas públicas desenvolvidas em nível federal: “O Ceará está precisando dar um salto, seja na sua economia, na sua cultura, mas também na sua política. Precisamos ter unidade política para fazer do Estado um dos mais destacados na relação com o Governo Federal”¹⁶.

Com a mudança de lideranças, sinaliza-se que houve uma mudança de rota nos parâmetros que guiavam o compromisso com o pacto federalista firmado entre a gestão estadual de cultura e a instância federal. A gestão de Auto Filho focou no empenho em aderir à estadualização dos pontos de cultura (BARBALHO & HOLANDA, 2003). Pode-se afirmar que este vetor da gestão de Auto Filho logrou êxito, pois entre todos os estados do País, o Ceará ocupava, no ano de 2014, a segunda posição entre os estados com maior percentual de municípios com Pontos de Cultura, um total de 59,8%. O primeiro colocado era o Rio de Janeiro com o índice de 64,1% (IBGE, 2015).

Mesmo diante das discontinuidades das gestões¹⁷, algumas medidas estruturantes encampadas na gestão de Leitão também conseguiram estabelecer uma curva ascendente. Em um comparativo dos dados de 2006 e 2014 do Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, percebe-se um crescimento no número de Conselhos Municipais de Cultura de 43 para 113. Outro exemplo é o número de secretarias exclusivas para o setor da cultura, em 2006, o número era de 10 secretarias; em 2014, este número subiu para 60. Fenômeno que imprime um caráter de fortalecimento à institucionalidade da cultura em diversos municípios do estado (IBGE, 2007; 2015).

¹⁶ AUTO Filho na Secult. Jornal **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 03 de janeiro 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/auto-filho-na-secult-1.356146>>. Acesso em: 05 Out. 2015.

¹⁷ Na segunda gestão de Cid Gomes, sai Auto Filho e entra o político Professor Pinheiro (PT). A passagem de Pinheiro pela SECULT foi cercada de tensões com o campo artístico. Um momento importante dessa movimentação teve como espaço a Praça do Ferreira, uma vez que a SECULT se localizava no Cine São Luiz. O intuito dos artistas e gestores, participantes dessa manifestação, era recepcionar o Secretário de Cultura do Estado e protocolar um documento com mais de 1.200 assinaturas criticando a forma de gestão vigente. Com o desgaste das relações entre o secretário e os artistas, Pinheiro é substituído por Paulo Mamede. Após Mamede, assumiu a pasta o político Guilherme Sampaio que, em 2016, foi substituído por Fabiano dos Santos que ainda permanece à frente da pasta.

Por outro lado, o número de Planos Municipais retrocedeu, em 2006 eram 71, em 2014 o número havia caído para 38. Outro fenômeno que também parece não ter conseguido se estabelecer com satisfatória continuidade foram os cursos de capacitação, sobretudo os que formavam profissionais para a captação de recursos. Este tipo de formação tinha sido uma das preocupações frequentes na gestão de Leitão, mas no ano de 2014 não constava como modalidade de cursos ofertada pela SECULT (IBGE, 2015).

Considerações Finais

A realização de políticas públicas é um fenômeno que leva em consideração os arranjos que se estabelecem entre agentes dos mais diversos segmentos. Aqui, no caso, buscou-se destacar as interseções que se deram na ordem das relações entre gestão pública de cultura e campo político cearense. Os resultados apresentados, não apenas das tensões entre SECULT e Câmaras e Prefeituras Municipais, mas também dos desdobramentos práticos que se deram no bojo das ações do “Cultura em Movimento: SECULT Itinerante”, nos ajudam a entender os entraves que caracterizam o perfil da gestão de cultura no Brasil.

Diante do material e das falas apresentadas, percebemos alguns dos mais importantes elementos que estruturam as relações da classe política com o desenvolvimento de ações para o campo da cultura. Primeiro, é preciso evidenciar que a compreensão de pouca atenção dada ao fomento cultural pelo campo político se mostra verdadeira. Nessa perspectiva, uma das saídas vislumbradas pela SECULT para contornar este desinteresse foi aliar a dinâmica cultural à turística, no sentido de garantir um “turismo cultural”. A combinação dessas duas áreas parecia para os políticos algo mais palpável e que traria benefícios para suas cidades, além de retornos políticos. Outra limitação encontrada na proposição de ações de interiorização de políticas culturais pela secretaria foi o interesse dos grupos políticos aliados do governador Lúcio Alcântara em converter em capital eleitoral as ações promovidas no âmbito do “SECULT Itinerante”, além do desejo de imputar qualquer invisibilidade aos seus oponentes políticos.

O processo de interiorização das ações da SECULT foi a grande marca da gestão de Leitão. Este fenômeno pode ser indicado a partir da fala de Oswald Barroso, em matéria do Jornal O Povo, já no ano de 2007 que buscava estabelecer um balanço da gestão de Leitão e das expectativas para a gestão seguinte: “Penso que o maior mérito da ex-secretária Cláudia Leitão

foi o de ter levado a ação da Secult ao conjunto do Estado, entendendo cultura como algo que diz respeito a toda a população”¹⁸.

Doze anos se passaram desde o fim da gestão aqui analisada e, apesar dos esforços encampados pelas gestões federais, estaduais e municipais em garantir institucionalidade aos órgãos públicos de cultura, a “instabilidade” é uma triste tradição (RUBIM, 2010) persistente. Nos últimos dois anos, o Ministério da Cultura (MinC), órgão público máximo da cultura, tem caminhado sobre uma corda bamba, indo de uma rápida extinção-recriação até o esvaziamento e enfraquecimento de suas atribuições.

Os governos petistas cumpriram um papel importante no avanço das formulações de políticas culturais. No entanto, treze anos não foram suficientes para dizimar as ausências, as instabilidades e os autoritarismos que condicionam a existência cíclica das políticas públicas de cultura no Brasil. A montanha-russa que compõe o tecido histórico que busca dar conta da presença do Estado no fomento ao mundo cultural demanda um olhar das condições sociais como algo processual, buscando compreender a complexidade que permeia as disputas, avanços e inflexões inerentes à vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Alexandre; HOLANDA, Jocastra. O "partido da cultura": política cultural no Ceará na Era Lua. In: BARBALHO, Alexandre; BARROS, José M.; CALABRE, Lia (Org.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 115-129.

BARREIRA, Irllys. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 63-82.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. O retorno da competitividade na disputa pelo governo do Ceará em 2002. **Revista de Ciências Sociais**, v.35, n.1, p. 73-99, 2004.

_____. Ciclos Políticos: Reflexões Teóricas e Apontamentos Empíricos sobre as Condições de Longevidade Política em Esferas Públicas Mediatizadas. In: _____. **Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática: Ciclos de Mudanças e Continuidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

¹⁸ TRANSVERSALIDADE da Cultura. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 09 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2007/01/09/noticiasjornalopiniao,660878/transversalidadedacultura.shtml>>, acesso em 10 Jun 2016.

CEARÁ. SECULT. **Relatório de Gestão (2005-2006):** Caminhos trilhados. Henrique Barbosa Silva, Suzete Nunes, Selma Santiago, Lia Parente (Org.). Fortaleza: SECULT, 2006, 280p. (Coleção Nossa Cultura – Série Documenta).

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros:** 2006 / IBGE: Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 268p.

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros:** 2014 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 126p.

LEITÃO, Cláudia de Sousa. **Cultura em movimento:** memórias e reflexões sobre políticas e práticas de gestão. / Cláudia Sousa Leitão e Luciana Lima Guilherme. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

LOPES, Paulo Rodrigo Soares. **Políticas culturais no Ceará: as ações de interiorização da SECULT (2003-2006).** 2018. 150f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30176>>, acesso em 16 Abr 2018.

PARENTE, Josênio; ARRUDA, José M. (Org.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, A.A.C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.